

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2014.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) e com sede na Rua General João Manoel, nº157, 9º andar, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda, ambas as empresas do Grupo Habitasul.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais divergem das práticas do IFRS apresentadas nas demonstrações financeiras intermediárias separadas quanto à avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, onde seriam registrados a custo ou valor justo, em conformidade com o IFRS.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas controladores, constantes nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e ativos imobilizados mensurados ao custo atribuído na data de 01 de janeiro de 2009, data da adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos ICPC10/CPC 27, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, o qual ocorre e incorre em perdas para *impairment* somente se há evidências objetivas de que um ou mais eventos tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) mudanças adversas nas condições e/ou economia que indiquem redução nos fluxos de caixa futuros estimados das carteiras dos ativos financeiros.

Havendo evidências de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros é estimada e a perda por *impairment* reconhecida na demonstração de resultado.

e) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras intermediárias individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

g) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados

como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por carteira de Clientes, Marca, *Goodwill* e licenças de *softwares*, que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

h) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidas as despesas de venda periodicamente, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa nº14.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável neste período de três meses findos em 31 de março de 2014.

j) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do período. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08% e a Irani Trading S.A., adota a taxa presumida de 10,88%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos para as controladas com regime tributário de lucro presumido, quanto ao valor justo dos ativos biológicos e o custo atribuído dos ativos imobilizados.

k) Captações e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

l) Hedge de fluxo de caixa (Hedge Accounting)

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os instrumentos de *hedge* usados

nas operações são altamente eficazes na compensação das variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

A parcela efetiva das variações no valor dos instrumentos de *hedge* designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado do período.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* que protege as operações altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado do período.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado do período.

m) Arrendamento mercantil

Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do exercício. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 13.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

o) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos exercícios.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras intermediárias, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras intermediárias incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 13), a realização dos créditos tributários diferidos (nota explicativa nº 11), provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6), avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 14), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 20), além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Governo Estadual de Santa Catarina e também do Estado de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora o incentivo fiscal detido não esteja em julgamento pelo STF, a Companhia vem acompanhando, por seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras intermediárias.

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A Companhia avaliou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa norma e, mesmo considerando às

incertezas sobre a MP, tem a intenção de adota-la antecipadamente, desde que mantidas as regras atuais.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência nos períodos e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

q) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares. Na receita total consolidada são eliminadas as receitas entre a Controladora e as Controladas.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

r) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período.

s) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras intermediárias apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do

conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		
Empresas controladas - participação direta	31.03.14	31.12.13
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável LTDA	99,98	99,98
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	99,99	99,99
Ind. Papel e Papelão São Roberto S.A.	100,00	100,00
Irani Geração de Energia Sustentável LTDA	99,43	99,00

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

As operações de cada uma das controladas estão descritas na nota explicativa nº 12.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Fundo fixo	21	20	31	31
Bancos	3.374	3.199	3.754	3.602
Depósitos bancários de curto prazo	46.585	119.081	55.369	131.372
	<u>49.980</u>	<u>122.300</u>	<u>59.154</u>	<u>135.005</u>

Os depósitos bancários de curto prazo são remunerados com renda fixa – CDB, à taxa média de 101,08% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	155.763	125.700	148.497	134.720
Clientes - mercado externo	13.484	9.200	13.513	9.229
	<u>169.247</u>	<u>134.900</u>	<u>162.010</u>	<u>143.949</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.012)	(6.933)	(14.114)	(13.979)
	<u>162.235</u>	<u>127.967</u>	<u>147.896</u>	<u>129.970</u>

Em 31 de março de 2014, no consolidado de contas a receber de clientes encontram-se vencidos e não provisionados um montante de R\$ 16.534, referente a clientes independentes que não apresentam históricos de inadimplência.

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
À vencer	129.589	115.773	131.362	118.386
Vencidos até 30 dias	17.449	9.486	8.180	8.029
Vencidos de 31 a 60 dias	11.641	1.186	4.250	1.714
Vencidos de 61 a 90 dias	1.815	321	2.127	385
Vencidos de 91 a 180 dias	626	419	1.121	639
Vencidos há mais de 180 dias	8.127	7.715	14.970	14.796
	<u>169.247</u>	<u>134.900</u>	<u>162.010</u>	<u>143.949</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 49 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Saldo no início do período	(6.933)	(6.232)	(13.979)	(6.918)
Aporte controlada	-	-	-	(6.300)
Provisões para perdas reconhecidas	(79)	(701)	(135)	(761)
Saldo no final do período	<u>(7.012)</u>	<u>(6.933)</u>	<u>(14.114)</u>	<u>(13.979)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 88.451 está cedida como garantia de algumas operações financeiras conforme notas explicativas nº 15 e 16.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de março de 2014 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia conforme abaixo:

Qualidade contas a receber

Classe de cliente	% Histórico	Consolidado	
		Valor a receber	
a) Clientes sem histórico de atraso	92,8	121.943	
b) Clientes com histórico de atraso de até 7 dias	5,87	7.711	
c) Clientes com histórico de atraso superior a 7 dias	1,30	1.708	
		<u>131.362</u>	

- a) Clientes pontuais que não apresentam qualquer histórico de atraso.
 b) Clientes imprecisos que apresentam histórico de atraso de até 7 dias, sem histórico de inadimplência.
 c) Clientes imprecisos que apresentam histórico de atraso superior a 7 dias, sem histórico de inadimplência.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Produtos acabados	6.222	6.142	7.017	7.118
Materiais de produção	29.518	27.830	34.991	33.037
Materiais de consumo	16.917	16.620	20.130	19.795
Outros estoques	537	439	537	888
	<u>53.194</u>	<u>51.031</u>	<u>62.675</u>	<u>60.838</u>

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o trimestre foi de R\$ 128.752 (R\$ 88.877 no primeiro trimestre de 2013) na controladora e R\$ 138.303 (R\$ 87.907 no primeiro trimestre de 2013) no consolidado.

O custo dos estoques reconhecido no resultado do período não inclui qualquer redução referente a perdas de estoques ao valor realizável líquido. A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
ICMS	6.068	5.464	6.957	6.765
PIS/COFINS	-	1.737	556	3.330
IPI	200	175	227	197
Imposto de renda	254	168	254	168
Contribuição social	87	62	87	62
IRRF S/Aplicações	1.159	734	1.291	824
	<u>7.768</u>	<u>8.340</u>	<u>9.372</u>	<u>11.346</u>
Parcela do circulante	4.266	5.133	5.456	7.721
Parcela do não circulante	3.502	3.207	3.916	3.625

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Banco do Brasil - Nova York - a)	1.246	1.161	1.246	1.161
Banco Itaú - b)	-	-	3.686	1.569
Total circulante	<u>1.246</u>	<u>1.161</u>	<u>4.932</u>	<u>2.730</u>
Parcela do circulante	1.246	1.161	4.932	2.730

- a) Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em maio de 2014. Por ocasião de repactuação de contrato objeto da retenção realizada em 27 de abril de 2012, até novembro de 2014 serão exigidos somente os juros do contrato.
- b) Banco Itaú é referente a saldos de contas de títulos recebidos em uma determinada data e que serão transferidos automaticamente para a conta corrente após o envio de novos títulos para cobrança bancária.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Adiantamento a fornecedores	1.449	1.433	1.879	2.038
Créditos de funcionários	947	1.078	1.094	1.285
Renegociação de clientes	7.282	7.237	8.347	7.268
Despesas antecipadas	941	1.297	1.109	1.534
Crédito a receber XKW Trading	6.998	6.814	6.998	6.814
Outros créditos	741	629	1.718	2.115
	<u>18.358</u>	<u>18.488</u>	<u>21.145</u>	<u>21.054</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa renegociação	(1.839)	(1.840)	(1.839)	(1.840)
	<u>16.519</u>	<u>16.648</u>	<u>19.306</u>	<u>19.214</u>
Parcela do circulante	11.815	9.956	14.203	11.672
Parcela do não circulante	4.704	6.692	5.103	7.542

Renegociação de clientes – refere-se a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em 2018 e a taxa média de atualização é de 1% a 2% ao mês, reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos têm

cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

A Companhia avalia os clientes em renegociação e, quando aplicável, realiza provisão para perdas sobre o montante dos créditos renegociados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Saldo no início do período	(1.840)	(1.664)	(1.840)	(1.664)
Provisões para perdas reconhecidas	-	(176)	-	(176)
Valores recuperados no período	1	-	1	-
Saldo no final do período	<u>(1.839)</u>	<u>(1.840)</u>	<u>(1.839)</u>	<u>(1.840)</u>

Despesas antecipadas – refere-se principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do período mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

Créditos a receber XKW Trading Ltda – refere-se à venda da então Controlada Meu Móvel de Madeira Ltda em 20 de dezembro de 2012, em parcelas anuais com vencimento final no ano de 2016.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou para os exercícios de 2013 e de 2014 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, ajustados pela revisão da vida útil do imobilizado, tratado como RTT (Regime Tributário de Transição) e registrado nesta mesma conta.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	9.232	11.295	11.212	13.539
Sobre prejuízo fiscal	4.162	1.462	4.162	1.462
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	3.324	4.066	4.036	4.873
Sobre prejuízo fiscal	1.499	527	1.499	527
	<u>18.217</u>	<u>17.350</u>	<u>20.909</u>	<u>20.401</u>

PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	1.428	1.303	1.428	1.303
Juros s/debêntures	-	-	4.104	3.810
Valor justo dos ativos biológicos	34.238	34.966	36.051	36.737
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	87.618	87.596	137.252	137.495
Subvenção governamental	687	631	687	631
Hedge de fluxo de caixa	(4.925)	(6.410)	(4.925)	(6.410)
Ajuste a valor presente	-	-	2.961	3.030
Carteira de clientes	-	-	1.527	1.574
Marca	-	-	327	327
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	514	469	514	469
Juros s/debêntures	-	-	1.477	1.372
Valor justo dos ativos biológicos	12.326	12.588	13.304	13.544
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	31.542	31.535	49.442	49.498
Subvenção governamental	247	227	247	227
Hedge de fluxo de caixa	(1.773)	(2.308)	(1.773)	(2.308)
Ajuste a valor presente	-	-	1.065	1.091
Carteira de clientes	-	-	549	566
Marca	-	-	118	118
	<u>161.902</u>	<u>160.597</u>	<u>244.355</u>	<u>243.074</u>
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>143.685</u>	<u>143.247</u>	<u>223.446</u>	<u>222.673</u>

A Administração reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que os saldos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Ativo de imposto diferido	Consolidado
Período	31.03.14
2014	10.061
2015	7.283
2016	3.565
	<u>20.909</u>
Passivo de imposto diferido	Consolidado
Período	31.03.14
2014	8.308
2015	9.139
2016	10.053
2017	11.058
2018 em diante	205.797
	<u>244.355</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é assim demonstrada:

Controladora ativo	Saldo inicial 31.12.13	Reconhecido no resultado	Refis	Saldo final 31.03.14
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Provisão para participações	3.649	(2.458)	-	1.191
Provisão para riscos diversos	11.661	(347)	-	11.314
Outros	51	-	-	51
Total diferenças temporárias	15.361	(2.805)	-	12.556
Prejuízos fiscais	1.989	3.672	-	5.661
	<u>17.350</u>	<u>867</u>	<u>-</u>	<u>18.217</u>

Consolidado ativo	Saldo inicial 31.12.13	Reconhecido no resultado	Refis	Saldo final 31.03.14
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Provisão para participações	3.649	(2.458)	-	1.191
Provisão para riscos diversos	14.712	(706)	-	14.006
Outros	51	-	-	51
Total diferenças temporárias	18.412	(3.164)	-	15.248
Prejuízos fiscais	1.989	3.672	-	5.661
	<u>20.401</u>	<u>508</u>	<u>-</u>	<u>20.909</u>

Controladora passivo	Saldo inicial 31.12.13	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo final 31.03.14
Impostos diferidos passivos com relação a:				
Variação cambial reconhecida por caixa	1.772	170	-	1.942
Valor justo dos ativos biológicos	47.554	(990)	-	46.564
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão da vida útil	119.131	29	-	119.160
Subvenção governamental	858	76	-	934
Hedge de fluxo de caixa	(8.718)	-	2.020	(6.698)
	<u>160.597</u>	<u>(715)</u>	<u>2.020</u>	<u>161.902</u>

Consolidado passivo	Saldo inicial 31.12.13	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo final 31.03.14
Impostos diferidos passivos com relação a:				
Variação cambial reconhecida por caixa	1.772	170	-	1.942
Juros s/debêntures	5.182	399	-	5.581
Valor justo dos ativos biológicos	50.282	(927)	-	49.355
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão da vida útil	186.993	(299)	-	186.694
Subvenção governamental	858	76	-	934
Hedge de fluxo de caixa	(8.718)	-	2.020	(6.698)
Ajuste a valor presente	4.121	(95)	-	4.026
Carteira de clientes	2.140	(64)	-	2.076
Marca	445	-	-	445
	<u>243.074</u>	<u>(740)</u>	<u>2.020</u>	<u>244.355</u>

12. INVESTIMENTOS

	Habitasul Florestal	Irani Trading	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Wave Participações S.A	Ind.papel e Papelão São Roberto	Irani Geração de Energia	Total
Em 31 de dezembro de 2012	111.980	107.557	49.989	1.283	-	-	-	270.809
Resultado da equivalência patrimonial	15.256	13.284	13.570	(118)	(682)	38.159	-	79.469
Dividendos propostos	(11.153)	(12.755)	(9.086)	-	-	-	-	(32.994)
Aporte capital	-	-	13.259	-	12.919	-	297	26.475
Adiantamento futuro aumento capital	3.785	8.034	-	-	-	-	-	11.819
Incorporação da Wave pela São Roberto	-	-	-	-	-	9.989	-	9.989
Valor ajuste avaliação Patr. São Roberto	-	-	-	-	-	(4.110)	-	(4.110)
Outras Movimentações	-	-	-	-	(2.248)	-	-	(2.248)
Incorporação da Wave pela São Roberto	-	-	-	-	(9.989)	-	-	(9.989)
Em 31 de dezembro de 2013	119.868	116.120	67.734	1.165	-	44.038	297	349.221
Resultado da equivalência patrimonial	4.615	3.996	(154)	(4)	-	(8.362)	(28)	63
Aporte capital	-	-	12.369	-	-	-	-	12.369
Redução capital	-	-	-	(393)	-	-	-	(393)
Cisão	-	-	-	(234)	-	-	234	-
Em 31 de março de 2014	124.483	120.116	79.951	534	-	35.676	503	361.260
Passivo	19.545	27.471	673	1	-	301.286	2	
Patrimônio líquido	124.483	120.116	79.958	534	-	35.676	507	
Ativo	144.028	147.587	80.631	535	-	336.962	509	
Receita líquida	4.632	4.345	5.332	-	-	36.639	-	
Resultado do período	4.615	3.996	(154)	(4)	-	(8.362)	(29)	
Participação no capital em %	100,00	100,00	99,99	99,98	-	100,00	99,43	

A controlada Habitasul Florestal S.A., realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pinus e extração de resinas no Estado do Rio Grande do Sul.

A controlada Irani Trading S.A., realiza operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.

A controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., realiza operações de administração e comercialização de florestas plantadas para a controladora Celulose Irani S.A. e também para o mercado, sendo tais operações realizadas no Estado de Santa Catarina. No exercício de 2013, recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S.A., no valor de R\$ 13.259 integralizados mediante incorporação de ativos florestais no valor de R\$ 13.251 e o valor de R\$ 8 em moeda corrente. No primeiro trimestre de 2014, recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S.A., no valor de R\$ 12.369 integralizados mediante incorporação de ativos florestais no valor de R\$ 12.365 e o valor de R\$ 4 em moeda corrente.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa continua em fase de avaliação dos seus projetos para implementá-los.

A Wave Participações S.A., tinha como atividades preponderantes aquelas relacionadas à participação no capital de outras empresas, exceto holding, e a administração de bens móveis e imóveis. Em 29 de novembro de 2013, a Wave foi incorporada de forma reversa pela Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A..

A Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. era controlada indireta da Companhia até a incorporação da Wave Participações S.A., têm como atividades preponderantes aquelas

relacionadas à industrialização de papéis para embalagens, consumo próprio, vendas e na produção de papelão ondulado, especificamente chapas, caixas e acessórios.

A controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda., foi constituída em 02 de dezembro 2013 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa continua em fase de avaliação dos seus projetos para implementá-los.



13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	(*) Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Adiantamento de fornecedor de imobilizado	Bens contratados em leasing financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2012										
Saldo contábil líquido	123.901	32.739	321.179	408	3.696	21.149	6.030	14.589	13.384	537.075
Em 31 de dezembro de 2013										
Saldo inicial	123.901	32.739	321.179	408	3.696	21.149	6.030	14.589	13.384	537.075
Aquisições	-	(64)	14.768	468	980	63.859	27.340	1.713	-	109.064
Baixas	(14)	-	(1.692)	(14)	(22)	(7.344)	(18.767)	(76)	-	(27.929)
Transferências	-	1.305	16.025	-	513	(17.843)	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.057)	(24.163)	(211)	(748)	-	-	(3.277)	(643)	(30.099)
Saldo contábil líquido	123.887	32.923	326.117	651	4.419	59.821	14.603	12.949	12.741	588.111
Custo	123.887	42.006	563.758	2.161	10.482	59.821	14.603	29.966	16.061	862.745
Depreciação acumulada	-	(9.083)	(237.641)	(1.510)	(6.063)	-	-	(17.017)	(3.320)	(274.634)
Saldo contábil líquido	123.887	32.923	326.117	651	4.419	59.821	14.603	12.949	12.741	588.111
Em 31 de março de 2014										
Saldo inicial	123.887	32.923	326.117	651	4.419	59.821	14.603	12.949	12.741	588.111
Aquisições	-	-	1.562	1.402	278	11.103	9.115	-	-	23.460
Baixas	-	-	(3)	(127)	-	-	(18.981)	(28)	-	(19.139)
Transferências	-	1.388	2.762	-	100	(4.250)	-	-	-	-
Depreciação	-	(292)	(7.972)	(68)	(257)	-	-	(857)	(160)	(9.606)
Saldo contábil líquido	123.887	34.019	322.466	1.858	4.540	66.674	4.737	12.064	12.581	582.826
Custo	123.887	43.394	572.884	3.436	10.857	66.674	4.737	29.914	16.061	871.844
Depreciação acumulada	-	(9.375)	(250.418)	(1.578)	(6.317)	-	-	(17.850)	(3.480)	(289.018)
Saldo contábil líquido	123.887	34.019	322.466	1.858	4.540	66.674	4.737	12.064	12.581	582.826



Crescendo com valor

Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	(*) Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Adiantamento de fornecedor de imobilizado	Bens contratados em leasing financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2012										
Saldo contábil líquido	176.114	122.151	321.298	476	4.100	21.562	6.030	14.619	13.384	679.734
Em 31 de dezembro de 2013										
Saldo inicial	176.114	122.151	321.298	476	4.100	21.562	6.030	14.619	13.384	679.734
Aporte controlada	74.453	34.465	64.046	354	51	3.513	-	73	-	176.955
Aquisições	1.218	9	7.846	468	769	64.741	27.340	1.712	-	104.103
Baixas	(199)	-	(1.836)	(14)	(22)	(7.322)	(18.767)	(73)	-	(28.233)
Transferências	-	1.305	16.025	-	513	(17.843)	-	-	-	-
Impairment	-	-	(10.819)	-	-	-	-	-	-	(10.819)
Depreciação	-	(3.648)	(24.857)	(235)	(664)	-	-	(3.290)	(643)	(33.337)
Saldo contábil líquido	251.586	154.282	371.703	1.049	4.747	64.651	14.603	13.041	12.741	888.403
Custo	251.586	201.272	687.255	2.825	12.552	64.651	14.603	30.080	16.061	1.280.885
Depreciação acumulada	-	(46.990)	(315.552)	(1.776)	(7.805)	-	-	(17.039)	(3.320)	(392.482)
Saldo contábil líquido	251.586	154.282	371.703	1.049	4.747	64.651	14.603	13.041	12.741	888.403
Em 31 de março de 2014										
Saldo inicial	251.586	154.282	371.703	1.049	4.747	64.651	14.603	13.041	12.741	888.403
Aquisições	-	-	1.833	1.490	172	12.905	9.115	-	-	25.515
Baixas	-	-	(3)	(170)	(9)	-	(18.981)	(52)	-	(19.215)
Transferências	-	1.388	2.762	-	100	(4.250)	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.194)	(9.092)	(73)	(67)	-	-	(839)	(160)	(11.425)
Saldo contábil líquido	251.586	154.476	367.203	2.296	4.943	73.306	4.737	12.150	12.581	883.278
Custo	251.586	202.607	696.482	4.145	13.013	73.306	4.737	30.027	16.061	1.291.964
Depreciação acumulada	-	(48.131)	(329.279)	(1.849)	(8.070)	-	-	(17.877)	(3.480)	(408.686)
Saldo contábil líquido	251.586	154.476	367.203	2.296	4.943	73.306	4.737	12.150	12.581	883.278

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

Controladora	Marca	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Saldo inicial	-	-	-	1.220	1.220
Aquisições	-	-	-	427	427
Amortização	-	-	-	(631)	(631)
Saldo contábil líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.016</u>	<u>1.016</u>
Em 31 de março de 2014					
Saldo inicial	-	-	-	1.016	1.016
Aquisições	-	-	-	104	104
Amortização	-	-	-	(91)	(91)
Saldo contábil líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.029</u>	<u>1.029</u>
Consolidado					
	Marca	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Saldo inicial	-	-	-	1.223	1.223
Aquisições	-	-	-	508	508
Aporte Controlada	1.473	104.380	6.617	40	112.510
Amortização	-	-	(323)	(755)	(1.078)
Saldo contábil líquido	<u>1.473</u>	<u>104.380</u>	<u>6.294</u>	<u>1.016</u>	<u>113.163</u>
Em 31 de março de 2014					
Saldo inicial	1.473	104.380	6.294	1.016	113.163
Aquisições	-	-	-	104	104
Amortização	-	-	(198)	(91)	(289)
Saldo contábil líquido	<u>1.473</u>	<u>104.380</u>	<u>6.096</u>	<u>1.029</u>	<u>112.978</u>

c) Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %	
	31.03.14	31.12.13
Prédios e construções *	2,19	2,19
Equipamentos e instalações **	5,86	5,86
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71	5,71
Veículos e tratores	20,0	20,0
Softwares	20,0	20,0
Carteira de clientes	11,11	11,11

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de leasing financeiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo das Unidades Papel para Embalagens e Embalagem PO em Vargem Bonita – SC e da Unidade Embalagem PO em Indaiatuba – SP, dentre as quais destacamos a nova depuração de celulose e *up-grade* de refinação e a reforma da máquina de papel nº 1, ambas com prazo previsto de término no ano de 2014. Durante o período, foram capitalizados custos com taxa média de 4,41% ao ano, de captações utilizadas especificamente para financiar a execução de alguns projetos de investimentos, no montante de R\$ 242.

O adiantamento a fornecedores refere-se aos investimentos nas Unidades Papel para Embalagens e Embalagem PO de Vargem Bonita – SC.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido, pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Os compromissos assumidos estão registrados como captações no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade de Embalagem PO em Indaiatuba-SP que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado no primeiro trimestre de 2014 e 2013 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Administrativos	320	137	381	195
Produtivos	9.286	6.772	11.044	7.326
	<u>9.606</u>	<u>6.909</u>	<u>11.425</u>	<u>7.521</u>

A abertura da amortização do intangível no primeiro trimestre de 2014 e 2013 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Administrativos	77	256	246	256
Produtivos	14	17	43	17
	<u>91</u>	<u>273</u>	<u>289</u>	<u>273</u>

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (Impairment)

Em 2013 a Companhia registrou redução no valor recuperável de seus ativos na controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., no valor de R\$ 10.819, do mesmo R\$ 6.229 foi registrado no patrimônio líquido na conta de ajuste de avaliação patrimonial sendo que líquido de impostos representa R\$ 4.111 e R\$ 4.590 transitou pelo resultado.

Nos demais ativos da Companhia não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações de seus ativos em 31 de março de 2014.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados em garantia de operações financeiras, conforme descrito abaixo.

	31.03.14
Equipamentos e instalações	90.848
Prédios e construções	124.663
Terras	240.514
Total de imobilizado em garantias	<u>456.025</u>

g) Goodwill

O *goodwill* no valor de R\$ 104.380 é atribuível à expectativa de rentabilidade futura e as economias de escala esperadas da combinação das operações da Companhia e a controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A.

A formação do *goodwill* esta demonstrada conforme:

Participação adquirida	100%
Contraprestação transferida	7.500
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	96.880
<i>Goodwill</i>	<u>104.380</u>

h) Marca registrada

A marca registrada adquirida na combinação de negócios entre a Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. e a Wave Participações S.A. foi reconhecida pelo valor justo de R\$ 1.473 na data da aquisição. A marca registrada não possui vida útil definida, não sofrendo assim amortização.

i) Carteira de clientes

A carteira de clientes adquirida na combinação de negócios entre a Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. e a Wave Participações S.A. está reconhecida pelo valor justo de R\$ 6.617 e sofreu no período uma amortização de R\$ 198 apresentando desta forma um saldo contábil líquido de R\$ 6.096. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

j) Teste do intangível para verificação de *impairment*

O valor recuperável da unidade geradora de caixa é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de oito anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Margem bruta estimada	43.417	43.789	48.159	50.326	52.591	54.958	57.431	60.015
Taxa de crescimento estimada	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
Taxa de desconto (Wacc)	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%

14. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem principalmente o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria prima na produção de celulose

utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais. Como a colheita das florestas plantadas é realizada em função da utilização de matéria prima e das vendas de madeira, e todas as áreas são replantadas, a variação do valor justo desses ativos biológicos não sofre efeito significativo no momento da colheita.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Custo de formação dos ativos biológicos	44.413	43.900	54.521	53.724
Diferencial do valor justo dos ativos biológicos	89.391	102.738	211.360	215.001
	<u>133.804</u>	<u>146.638</u>	<u>265.881</u>	<u>268.725</u>

A Companhia considera que deste total de ativos biológicos, R\$ 183.409 são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, dos quais, R\$ 123.003 se referem a florestas formadas que possuem mais de 6 anos. O restante dos valores refere-se a florestas em formação, as quais ainda necessitam de tratamentos silviculturais. Esses ativos estão localizados próximos à fábrica de celulose e papel em Vargem Bonita (SC), onde são consumidos.

A colheita destas florestas é realizada principalmente em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende a demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 82.472, e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

- a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (Capital Asset Pricing Model – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados nos dois últimos anos, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos periodicamente, (em geral trimestralmente) considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras intermediárias.

Entre as principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos estão: i) a remuneração dos ativos próprios que contribuem (arrendamento) à taxa de 3% ao ano, e ii) à taxa de desconto de 8,5% ao ano para os ativos de áreas próprias em SC e no RS, e taxa de 9,5% para os ativos de áreas de parcerias em SC.

Neste período a Companhia validou as premissas e critérios utilizados para as avaliações do valor justo dos seus ativos biológicos, e realizou avaliação de todos seus ativos biológicos.

Não houve no primeiro trimestre de 2014 outros eventos que impactassem a desvalorização dos ativos biológicos, como temporais, raios e outros que podem afetar as florestas.

Principais movimentações

As movimentações do período são demonstradas abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31.12.12	159.912	263.292
Plantio	5.557	6.721
Exaustão		
Custo histórico	(965)	(3.499)
Valor justo	(647)	(17.887)
Transferência para capitalização em controlada	(13.251)	-
Baixa	(9)	(9)
Variação do valor justo	<u>(3.959)</u>	<u>20.107</u>
Saldo em 31.12.13	<u>146.638</u>	<u>268.725</u>
Plantio	893	994
Exaustão		
Custo histórico	(150)	(748)
Valor justo	-	(4.715)
Transferência para capitalização em controlada	(12.365)	-
Baixa	-	-
Variação do valor justo	<u>(1.212)</u>	<u>1.625</u>
Saldo em 31.03.14	<u>133.804</u>	<u>265.881</u>

A exaustão dos ativos biológicos do primeiro trimestre de 2014 e do exercício de 2013 foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 03 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a integralização de capital na Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., através da transferência de ativos florestais de propriedade da Companhia. No primeiro trimestre de 2014, foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 12.365 (R\$ 13.251 no exercício de 2013). Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais e a captação de recursos através de CDCA, conforme divulgado na nota explicativa nº15.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia possui parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras no valor de R\$ 137.290, o que representa aproximadamente 52% do valor total dos ativos biológicos, e equivale a 24,2 mil hectares de terras utilizadas, com aproximadamente 14,3 mil hectares de florestas plantadas.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nestas áreas sejam colhidas em um ciclo de aproximadamente 15 anos. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros representa 9,3% da área total com ativos biológicos da Companhia.

15. CAPTAÇÕES

	Controladora		Consolidado		
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13	
Circulante					
Moeda nacional					
Finame	7.108	5.646	8.217	6.893	a)
Capital de giro	40.615	37.093	42.363	47.073	b)
Capital de giro - CDCA	22.310	16.490	22.310	16.490	c)
<i>Leasing financeiro</i>	1.169	1.303	1.300	1.435	d)
BNDES	-	-	11.546	10.327	e)
Total moeda nacional	71.202	60.532	85.736	82.218	
Moeda estrangeira					
Adiantamento contrato de câmbio	9.148	12.175	9.148	12.175	f)
Banco Credit Suisse	10.881	5.535	10.881	5.535	g)
Banco Itaú BBA	10.990	11.969	10.990	11.969	h)
Banco Santander PPE	2.742	2.640	2.742	2.640	i)
Banco do Brasil	2.048	2.151	2.048	2.151	j)
Banco Citibank	2.911	3.017	2.911	3.017	k)
Total moeda estrangeira	38.720	37.487	38.720	37.487	
Total do circulante	109.922	98.019	124.456	119.705	
Não Circulante					
Moeda nacional					
Finame	23.974	21.855	24.228	22.300	a)
Capital de giro	112.862	98.049	112.862	98.049	b)
Capital de giro - CDCA	51.681	54.070	51.681	54.070	c)
<i>Leasing financeiro</i>	995	1.244	1.180	1.462	d)
BNDES	-	-	47.106	48.262	e)
Total moeda nacional	189.512	175.218	237.057	224.143	
Moeda estrangeira					
Banco Credit Suisse	74.846	83.172	74.846	83.172	g)
Banco Itaú BBA	22.028	28.505	22.028	28.505	h)
Banco Santander PPE	10.015	10.367	10.015	10.367	i)
Banco do Brasil	1.299	1.597	1.299	1.597	j)
Banco Citibank	2.246	3.071	2.246	3.071	k)
Total moeda estrangeira	110.434	126.712	110.434	126.712	
Total do não circulante	299.946	301.930	347.491	350.855	
Total	409.868	399.949	471.947	470.560	

Vencimentos no longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
2015	70.838	85.769	73.698	90.010
2016	145.218	142.335	149.946	147.062
2017	61.638	57.360	67.715	63.437
2018	20.741	15.185	27.811	22.255
2019 a 2024	1.512	1.281	28.322	28.091
	<u>299.946</u>	<u>301.930</u>	<u>347.491</u>	<u>350.855</u>

Captações em moeda nacional:

- Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 4,61% ao ano com vencimento final em 2024.
- Capital de giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 12,68% ao ano com vencimento final no segundo semestre de 2018.

Custo de Transação:

Na operação Banco Safra CCE, incorreu um custo de transação de R\$ 251 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 12,75%.

Na operação Banrisul CCB, incorreu um custo de transação de R\$ 403 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 13,86%.

Na operação Santander CCE, incorreu um custo de transação de R\$ 185 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 12,99%.

É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2014	167
2015	207
2016	151
2017	104
2018	56
	<u>685</u>

- Capital de giro – CDCA

Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, no valor nominal de R\$ 90.000 em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O CDCA tem a ele vinculado os direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produtor Rural Física (“CPR”), emitida pela controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., que tem como credora a Celulose Irani S.A., nos termos da Lei nº 8.929 de 22 de agosto de 1994.

Esta operação está sendo liquidada em 6 parcelas anuais a partir de junho de 2012, atualizável pelo IPCA, acrescida de 10,22% ao ano.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.636 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16,15%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	458
2015	484
2016	310
2017	108
	<u>1.360</u>

d) *Leasing* financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 14,38% ao ano com vencimento final no segundo semestre de 2018.

Vencimentos no longo prazo <i>leasing</i> financeiro:	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
2015	495	738	599	875
2016	378	384	459	465
2017	67	67	67	67
2018	55	55	55	55
	<u>995</u>	<u>1.244</u>	<u>1.180</u>	<u>1.462</u>

e) BNDES

Em 29 de janeiro de 2013, foi renegociado o empréstimo junto ao BNDES à controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., mantendo-se a garantia da hipoteca da unidade Vila Maria em São Paulo – SP, da negociação realizada em 27 de janeiro de 2011, com prazo de pagamento renegociado para 9 anos com carência de 9 meses para pagamento do principal e a CCI (Companhia Comercial de Imóveis) passou a ser a fiadora.

Captações em moeda estrangeira:

As captações em moeda estrangeira em 31 de março de 2014 estão atualizadas pela variação cambial do dólar, e sobre os mesmos incidem juros médios de 8,02%.

- f) Adiantamento contrato de câmbio atualizáveis pela variação cambial do dólar e pagável em parcela única conforme cada contrato, com vencimentos no primeiro semestre de 2014.
- g) Banco Credit Suisse, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação.

Por meio de *Amended and Restated* de 27 de abril de 2012, a Companhia e o Credit Suisse repactuaram a operação de pré-pagamento de exportação que passa a ter vencimento final em 2017, bem como 30 meses de carência para pagamento das parcelas do principal.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 5.310. Em 27 de abril de 2012 efetuamos nova repactuação de prazo que incorreram num custo adicional de transação de R\$ 2.550. Sua taxa de juros efetiva (TIR) que era de 19,12%, após esta repactuação passou a ser 12,31%.

Abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	901
2015	1.588
2016	2.209
2017	396
	<hr/>
	5.094
	<hr/>

- h) Banco Itaú BBA, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2017.

Ano	Principal
2014	86
2015	78
2016	32
2017	4
	<hr/>
	200
	<hr/>

- i) Banco Santander PPE, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2018.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 560 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 6,38%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	39
2015	50
2016	40
2017	28
2018	15
	<hr/>
	172
	<hr/> <hr/>

- j) Banco do Brasil, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2016.
- k) Banco Citibank, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2016.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 101 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 5,68%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	19
2015	10
	<hr/>
	29
	<hr/> <hr/>

Garantias:

A Companhia mantém em garantia das operações de captações aval de empresas controladoras e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas), penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor de R\$ 305.301. Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- i) Para Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), a Companhia constituiu garantias reais em montante aproximado de R\$ 79.962 sendo:

- Cessão fiduciária em favor do credor sobre direitos creditórios oriundos das CPRs – Cédulas de produtor rural a ele vinculado;
 - Hipoteca em favor dos Bancos de alguns imóveis da Companhia, equivalentes a 5.288 hectares;
 - Alienação fiduciária de florestas de pinus e eucalipto existente sobre os imóveis objeto de hipoteca, de propriedade da Emitente.
- ii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas conforme abaixo:

- i) Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio)
- ii) Banco Itaú BBA
- iii) Banco Santander Brasil

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida.

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013
- c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima, já em 31 de março 2014 não é necessária a verificação dos mesmos, pois tais medições são realizadas anualmente.

- iv) Banco Credit Suisse

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de (i) 3,00 vezes para os trimestres findos entre 30 de junho de 2012 e 30 de setembro de 2013; (ii) 3,65 vezes para o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013; (iii) 3,75 vezes para os trimestres entre 31 de março de 2014 e 30 de setembro de 2014; (iv) 3,25 vezes para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014 e (v) 3 vezes para os trimestres findos a partir de 31 de março de 2015.
- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de 2,00x para os trimestres fiscais findos a partir de 30 de junho de 2012 até 2017.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima, já em 31 de março de 2014 a Companhia obteve um *waiver* junto ao Banco Credit Suisse por não ter atendido a cláusula do item a).

Legenda:

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário.

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida.

16. DEBÊNTURES

Primeira Emissão de Debêntures Simples

A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 100.000. As debêntures vencerão em março de 2015 e estão sendo amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% ao ano. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.623 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	679
2015	226
	<hr/>
	905

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor de R\$ 164.093, conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 36.735;
- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terrenos e Edificações da Irani Trading em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Trading e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 40.000;
- Penhor agrícola em favor do Agente Fiduciário de Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças;
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida, e estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima, já em 31 de março de 2014 não foi necessária a medição dos mesmos, pois tais medições são realizadas anualmente.

Segunda Emissão de Debêntures Simples

A Companhia emitiu debêntures simples em 30 de novembro de 2012, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 60.000. As debêntures vencerão em

novembro de 2017 e estão sendo amortizadas em 5 (cinco) parcelas anuais a partir de novembro de 2013, atualizável pela variação do CDI acrescido de 2,75% ao ano.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.120 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 10,62%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	240
2016	251
2016	173
2017	86
	<u>750</u>

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor de R\$ 66.313; conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças em 1º grau no valor de R\$ 13.386; e em 2º (segundo) grau no valor de R\$ 31.252.
- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de alguns Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas no exercício de 2013 e serão novamente verificadas ao final do exercício de 2014.

As cláusulas restritivas estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2012 não poderá ser superior a 3,50x.

- b) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2013 não poderá ser superior a 3,65x.
- c) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2014 não poderá ser superior a 3,25x.
- d) A partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro 2015 a relação entre a dívida líquida e o EBITDA não poderá ser superior a 3,00x.
- e) A relação entre o EBITDA e a despesa financeira líquida não poderá ser inferior a 2,00x para os exercícios fiscais findos a partir de 31 de dezembro de 2012.

Emissão de Debêntures Controlada

Pela AGE da Wave Participações S.A., realizada em 28 de maio de 2013, a Companhia foi autorizada a emitir escritura particular para a emissão de 80 debêntures nominativas e escriturais, em série única não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 80.000, sendo o prazo de vigência de 5 anos, tendo 17 amortizações trimestrais, com a primeira amortização em 20 de maio de 2014 e a última em 20 de maio de 2018; a remuneração será equivalente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, capitalizada exponencialmente de *spread* de 2,75% ao ano, até o vencimento.

O objetivo da emissão das Debêntures foi para captar recursos que foram utilizados no aporte de capital e reestruturação da controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A.. Em decorrência de incorporação reversa ocorrida em 29 de novembro de 2013, onde a controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. incorporou a controladora Wave Participações S.A., o valor da debênture constante na Wave Participações S.A. passou a compor o saldo da debênture agora na Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. e por consequência no saldo consolidado da Companhia.

O Banco Itaú S.A. é o Liquidante Mandatário, a Itaú Corretora de Valores S.A. o Escriturador Mandatário e como Agente Fiduciário a Planner Trustee Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 2.508 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 13,57%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	518
2016	615
2016	461
2017	286
2018	87
	<hr/>
	1.967

Garantias:

As Debêntures terão garantias reais e fiduciária de bens e direitos da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., em favor do Agente Fiduciário:

- Alienação fiduciária de imóveis em favor do Agente Fiduciário;
- Alienação fiduciária de equipamentos industriais da unidade industrial na cidade de Santa Luzia-MG;
- Cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de Contrato de Arrendamento e Outras Avencas, e;
- Cessão fiduciária de 25% dos recebíveis durante a vigência da emissão das debêntures.

As cláusulas restritivas, com verificação anual, estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2012 não poderá ser superior a 3,50x.
- b) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2013 não poderá ser superior a 3,65x.
- c) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2014 não poderá ser superior a 3,25x.
- d) A partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro 2015 a relação entre a dívida líquida e o EBITDA não poderá ser superior a 3,00x.
- e) A relação entre o EBITDA e a despesa financeira líquida não poderá ser inferior a 2,00x para os exercícios fiscais findos a partir de 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima, já em 31 de março de 2014 não foi necessária a medição dos mesmos, pois tais medições são realizadas anualmente.

Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples

A Companhia emitiu debêntures simples em 19 de agosto de 2010, não conversíveis em ações, cuja integralização foi feita pela controlada Irani Trading S.A., pelo valor de R\$ 40.000. As debêntures vencerão em parcela única em agosto de 2015 e são atualizadas pelo IPCA mais 6% ao ano. Os juros serão pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.902 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 9,62%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	647
2015	631
	<u>1.278</u>

Esta emissão não contém garantias nem cláusulas financeiras restritivas.

O quadro a seguir mostra a exigibilidade por ano das operações de debêntures.

Ano	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
2014	23.452	36.045	37.249	49.686
2015	80.326	79.216	42.314	42.390
2016	12.315	11.942	30.873	30.511
2017	12.400	12.030	31.132	30.772
2018	-	-	9.556	9.567
	<u>128.493</u>	<u>139.233</u>	<u>151.124</u>	<u>162.926</u>
Parcela do circulante	38.706	38.545	57.844	53.041
Parcela do não circulante	89.787	100.688	93.280	109.885

17. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Interno				
Materiais	48.342	58.331	50.089	59.739
Ativo imobilizado	2.000	15.097	2.000	15.097
Prestador de serviços	3.533	4.560	4.119	5.446
Transportadores	5.416	7.478	6.274	8.514
Partes relacionadas	43.987	34.127	-	-
Ativo imobilizado em remessa	1.165	1.165	1.165	1.165
Consignação	66	66	66	66
Externo				
Materiais	117	501	339	548
	<u>104.626</u>	<u>121.325</u>	<u>64.052</u>	<u>90.575</u>

18. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Parcelamento Federal				
Parcelamento REFIS R.F.B	2.555	2.503	2.574	2.530
Parcelamento REFIS R.F.B - Controlada	-	-	3.375	3.288
Parcelamento INSS patronal	826	811	835	845
Parcelamento FNDE	-	-	28	28
	<u>3.381</u>	<u>3.314</u>	<u>6.812</u>	<u>6.691</u>
	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Parcelamento Estadual				
Parcelamento ICMS	923	1.452	923	1.452
Parcelamento ICMS - Controlada	-	-	2.008	2.117
	<u>923</u>	<u>1.452</u>	<u>2.931</u>	<u>3.569</u>
Total parcelamentos	<u>4.304</u>	<u>4.766</u>	<u>9.743</u>	<u>10.260</u>

NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Parcelamento Federal				
Parcelamento REFIS R.F.B	581	1.289	581	1.289
Parcelamento REFIS R.F.B - Controlada	-	-	34.270	33.636
Parcelamento INSS patronal	69	271	69	271
Parcelamento FNDE	-	-	53	58
	<u>650</u>	<u>1.560</u>	<u>34.973</u>	<u>35.254</u>
	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Parcelamento Estadual				
Parcelamento ICMS	-	-	-	-
Parcelamento ICMS - Controlada	-	-	4.561	4.905
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.561</u>	<u>4.905</u>
Total parcelamentos	<u>650</u>	<u>1.560</u>	<u>39.534</u>	<u>40.159</u>

Vencimentos no longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
2015	110	398	3.185	4.392
2016	56	128	4.156	4.122
2017	56	128	4.129	5.002
2018	56	128	2.826	2.220
2019 em diante	372	778	25.238	24.423
	<u>650</u>	<u>1.560</u>	<u>39.534</u>	<u>40.159</u>

REFIS R.F.B - A Companhia optou pelo REFIS, normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, para parcelamento de seus tributos. Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Este parcelamento está sendo pago em 180 parcelas.

REFIS R.F.B controlada - Refere-se a parcelamento de Tributos Federais da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., controlada da Companhia, que optou pela desistência do programa de parcelamento REFIS (Lei nº 9.964/00) e aderiu ao programa de parcelamento REFIS da Lei 11.941/09, que está sendo pago em 180 parcelas atualizadas pela SELIC.

INSS patronal - Refere-se a parcelamento Previdenciário de novembro e dezembro de 2008.

ICMS - A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo no exercício de 2009, sendo que sobre o mesmo incidem juros de 0,9% ao mês, amortizado mensalmente em 60 parcelas.

ICMS controlada - A Controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo em março de 2013 através do Programa Especial de Parcelamento - PEP, e sobre o mesmo incidem juros de 0,8 % ao mês, amortizado mensalmente com vencimento final em fevereiro de 2018.

19. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar		Debêntures a pagar	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Irani Trading S.A.	3.349	3.349	1.680	1.437	56.416	55.241
Habitasul Florestal S.A.	4.638	4.638	3.058	66	-	-
HGE - Geração de Energia	-	-	-	393	-	-
Administradores	1.049	1.005	-	-	-	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	30.311	25.056	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	1.205	1.949	-	-
Participação dos administradores	-	-	11.439	11.439	-	-
Irani Geração de Energia Sustentável Ltda	-	-	272	297	-	-
Ind.Papel São Roberto S.A	48.402	36.198	9.140	8.018	-	-
Total	57.438	45.190	57.105	48.655	56.416	55.241
Parcela circulante	56.389	44.185	57.105	48.655	-	-
Parcela não circulante	1.049	1.005	-	-	56.416	55.241

Controladora	Receitas		Despesas	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Companhia Com.de Imóveis	-	836	-	-
Ind.Papel São Roberto S.A	1.451	5.272	2.841	5.134
Irani Trading S.A.	-	-	4.352	4.280
Habitasul Florestal S.A.	-	-	3.306	1.252
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	5.385	3.209
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	58	54
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	269	255
Irani Participações S/A	-	-	120	120
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	37	29
Pagamento baseado em ações	-	-	-	124
Remuneração dos administradores	-	-	1.820	1.691
Total	1.451	6.108	18.189	16.148

Consolidado	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Remuneração dos administradores	-	-	1.205	1.949
Administradores	1.049	1.005	-	-
Participação dos administradores	-	-	11.439	11.439
Total	1.049	1.005	12.644	13.388
Parcela circulante	-	-	12.644	13.388
Parcela não circulante	1.049	1.005	-	-

Consolidado	Receitas		Despesas	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Irani Participações S/A	-	-	120	120
Companhia Com.de Imóveis	-	836	-	-
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	58	54
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	269	255
Remuneração dos administradores	-	-	1.850	1.703
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	37	29
Ind.Papel São Roberto S.A	-	5.272	-	5.134
Pagamento baseado em ações	-	-	-	124
Total	-	6.108	2.335	7.419

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitasul Florestal S.A. e Iraflor - Comércio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima e fornecimento de produtos. As operações são realizadas com condições e valores condizentes com os respectivos mercados. Os valores de contas a receber pela controladora das controladas Irani Trading S.A. e Habitasul Florestal S.A. são referentes aos dividendos do exercício de 2013.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita (SC), o qual está locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de outubro de 2009, e aditado em 03 de agosto de 2010. O referido contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.

A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. e são atualizadas pelo IPCA mais 6% ao ano com vencimento descrito na nota explicativa nº16.

A Companhia transferiu para a Iraflor nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, e no primeiro trimestre de 2014 o valor de R\$ 66.451 em florestas plantadas para integralização de capital. Em 16 de junho de 2011, a controlada Iraflor emitiu Cédulas de Produtor (CPR) com vencimento final em junho de 2018 e que representam os direitos da Companhia de receber madeira neste período. Tendo os direitos creditórios oriundos dos CPRs, a Companhia emitiu em 20 de junho de 2011, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O crédito a receber de Administradores é decorrente de empréstimo concedido pela Companhia a seus Administradores que serão liquidados até o ano de 2015.

O débito junto a HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., era decorrente de valor a integralizar de capital social, em 15 de janeiro de 2014 houve alteração contratual com diminuição de capital social da controlada no valor do saldo a integralizar.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

O débito junto a Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários é decorrente de aluguel da unidade administrativa de Porto Alegre firmado em 01 de dezembro de 2008 com vigência por prazo indeterminado.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda corresponde a 50% do valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem em Indaiatuba-SP, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à parte relacionada é de R\$ 99, sendo que o valor total mensal contratado atual é de R\$ 198 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os débitos junto a Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., são representados por operações previstas no contrato de arrendamento de ativos e outras avenças (“Contrato de Arrendamento”), por meio do qual a São Roberto arrendou, para a Companhia, a planta industrial de produção de papel de sua propriedade situada na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, e corresponde: i) a uma parcela do valor mensal do arrendamento de R\$ 476 mil, ii) a compra por parte da Companhia dos estoques de materiais para produção na data de início do contrato, o contrato de arrendamento iniciou em 01 de março de 2013 e tem duração de 6 anos, podendo ser renovado, e é reajustado anualmente pelo IPCA, e iii) compras por parte da Companhia de matéria-prima e acessórios para caixas de papelão ondulado.

Os créditos junto a Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., decorrem: i) da venda de papel para embalagens pela Companhia e, ii) do contrato de reestruturação operacional e implantação de novo modelo de gestão (“Contrato de Reestruturação”), por meio do qual a Companhia presta, à São Roberto, serviços de reestruturação e reorganização estratégica, mercadológica, operacional e econômico-financeira, visando à implantação de um novo modelo de gestão e governança da São Roberto. O contrato de reestruturação terá prazo de um ano, podendo ser renovado.

Os créditos junto a Companhia Comercial de Imóveis (“CCI”), decorrem da análise estratégica, operacional, contábil e financeira prestada pela Companhia conforme Acordo de Reembolso de despesas, inerentes ao processo de aquisição das ações da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. pela CCI.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários e a remuneração variável de longo prazo da diretoria.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 1.850 em 31 de março de 2014 (R\$ 1.703 em 31 de março de 2013). A remuneração

global dos administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2014 no valor máximo de R\$ 11.000.

20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Provisões cíveis	1.318	1.318	1.326	1.326
Provisões trabalhistas	630	630	4.506	5.566
Provisões tributárias	31.062	31.960	36.288	37.186
Total	33.010	33.908	42.120	44.078
Depósitos Judiciais	645	628	1.122	1.122

Controladora	31.12.13	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.03.14
Cível	1.318	-	-	-	1.318
Trabalhista	630	-	-	-	630
Tributária	31.960	506	-	(1.404)	31.062
	33.908	506	-	(1.404)	33.010

Consolidado	31.12.13	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.03.14
Cível	1.326	-	-	-	1.326
Trabalhista	5.566	-	(2)	(1.058)	4.506
Tributária	37.186	506	-	(1.404)	36.288
	44.078	506	(2)	(2.462)	42.120

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial. Em 31 de março de 2014, havia R\$ 1.326 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses

processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 263, classificados no Ativo não Circulante.

- b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de horas-extras, adicionais de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado R\$ 1.568 em 31 de março de 2014, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 859, classificados no Ativo não Circulante.

Também estão provisionadas ações trabalhistas de ex-funcionários que possam ocorrer decorrentes de reclamações dos adicionais de insalubridade e periculosidade, estimadas em R\$ 2.938, e que se fez necessário em função da combinação de negócios.

- c) As provisões para processos tributários se referem à compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas realizados pela Companhia. O montante compensado entre os períodos de abril de 2009 a dezembro de 2011 foi de R\$ 20.446. O saldo atualizado em 31 de março de 2014 totaliza R\$ 31.062.

Já as ações fiscais avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis foram provisionadas em função da combinação de negócios, totalizando R\$ 5.226, e contemplam principalmente os seguintes processos:

- i) Processos Administrativo e Judicial referente a glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 1.363. Os processos encontram-se em tramite na esfera administrativa e judicial e aguardam julgamento.
- ii) Também são consideradas como contingências, possível cobrança em face da divergência de entendimento existente entre a Receita Federal do Brasil e a Companhia em relação ao INSS sobre o serviço de transporte de carga por cooperativas de transporte no montante de R\$ 3.615.

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de março de 2014, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.03.14	31.12.13
Contingências trabalhistas	14.862	14.862
Contingências cíveis	2.612	2.612
Contingências ambientais	875	875
Contingências tributárias	74.960	71.413
	<u>93.309</u>	<u>89.762</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 14.862 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 2.612 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências ambientais:

Refere-se à Ação Civil Pública, objetivando a recuperação da área degradada, que foi julgada parcialmente procedente. Como foi constatado que toda área foi recuperada o processo se encontra em fase de acordo de indenização entre a Companhia e o Ministério Público em valores bem inferiores ao informado na tabela acima.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 74.960 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processo Administrativo 10925.000172/2003-66 com valor em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 10.777, referente à auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. O processo encontra-se no Conselho de Contribuintes aguardando o julgamento do Recurso Especial protocolado pela Companhia.
- Execução Fiscal nº 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 5.146, referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da Ação Anulatória nº 2005.71.00.002527-8.

- Processos Administrativos nº. 11080.013972/2007-12 e nº. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 4.652, referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos respectivos Recursos Voluntários.
- Processos Administrativos referentes a notificações fiscais do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido por creditamento de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de março de 2014 de R\$ 33.964. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos administrativos de nºs 11080.009902/2006-89, 11080.009904/2006-88 e 11080.009905/2006-12, referente compensações de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações, supostamente calculados indevidamente, com valores atualizados em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 9.200. A Companhia discute administrativamente estas notificações e aguarda o julgamento dos recursos interpostos junto ao Conselho de Contribuintes.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 31 de março de 2014, é de R\$ 116.895 (R\$ 116.895 em 31 de dezembro de 2013), composto por 166.720.235 ações sem valor nominal, sendo 153.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais. As ações preferenciais possuem direito a dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia e possuem também direito de *Tag Along* de 100%. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b. Ações em tesouraria

		Controladora		Controladora	
		31.03.14		31.12.13	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor
i) Plano de recompra	Ordinárias	24.000	30	24.000	30
	Preferenciais	-	-	-	-
ii) Direito de rescesso	Preferenciais	2.352.100	6.804	2.352.100	6.804
		<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>	<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>

i) Plano de recompra: teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011.

ii) Direito de rescesso: as ações adquiridas foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011.

A Administração da Companhia oportunamente proporá a destinação das ações em tesouraria ou o seu cancelamento.

c. Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: reserva legal, reserva de ativos biológicos e reserva de retenção de lucros.

Em conformidade com o Estatuto da Companhia a Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

A Reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela assembleia geral. Alguns

contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida a base de dividendos, o saldo líquido dos impostos em 31 de março de 2014 corresponde a um ganho de R\$ 233.810, (R\$ 236.016 em 31 de dezembro de 2013).

Também estão registrados os valores dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos efeitos tributários, o saldo líquido dos impostos em 31 de março de 2014 corresponde a uma perda de R\$ 13.001, (R\$ 16.922 em 31 de dezembro de 2013).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>243.241</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	(10.793)
Realização - custo atribuído	(8.311)
Realização - custo atribuído (controladas)	(932)
Ajuste de avaliação patrimonial São Roberto	(4.111)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>219.094</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	3.922
Realização - custo atribuído	(271)
Realização - custo atribuído (controladas)	(1.936)
Em 31 de março de 2014	<u>220.809</u>

22. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

i) Lucro/prejuízo básico e diluído das operações continuadas

	31.03.14		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	150.084.788	10.389.660	160.474.448
Lucro/Prejuízo líquido do período atribuível a cada espécie de ações	(3.034)	(210)	(3.244)
Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	<u>(0,0202)</u>	<u>(0,0202)</u>	

	31.03.13		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	147.941.700	11.752.227	159.693.927
Lucro/Prejuízo líquido do período atribuível a cada espécie de ações	3.291	261	3.552
Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	<u>0,0222</u>	<u>0,0222</u>	

23. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES

A Celulose Irani operou um programa de remuneração com base em ações, liquidado com ações, segundo o que a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas. As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Primeiro programa do plano de outorga de opções de ações (Programa I)

As opções de compra de ações foram concedidas aos administradores e a alguns empregados conforme decisão do Conselho de Administração em 09 de maio de 2012 e foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2012. O preço de exercício das opções concedidas foi de R\$ 1,26 (um real vinte e seis centavos) por ação ordinária ou preferencial. As opções tiveram um período de carência (vesting) até 31 de dezembro de 2013. As opções foram exercidas no período entre 1 de abril de 2013 e 30

de abril de 2013, sendo que no exercício o empregado pagou o preço de exercício e as ações correspondentes ficaram caucionadas a favor da Companhia até 31 de dezembro de 2013. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

A quantidade de opções e seus respectivos preços de exercício está demonstrada a seguir:

	Preço médio de exercício por ação - reais	Quantidade de opções
Concedidas em maio de 2012 e exercidas em abril de 2013	1,26	1.588.040
Concedidas em maio de 2012 e não exercidas em abril de 2013	1,26	24.000
Em 31 de dezembro de 2013	<u>1,26</u>	<u>1.612.040</u>

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado com base no modelo de avaliação *Black n' Scholes*, era de R\$ 0,60 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Ações Preferenciais - preço médio ponderado da ação de R\$ 1,45 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima de R\$ 1,26, volatilidade de 145,80 %, rendimento de dividendos de 7,46 %, uma vida esperada da opção correspondente a 1,5 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 8,52 %.

Ações Ordinárias - preço médio ponderado da ação de R\$ 1,44 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima de R\$ 1,26, volatilidade de 73,95 %, rendimento de dividendos de 6,59 %, uma vida esperada da opção correspondente a 1,5 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 8,52 %.

A volatilidade foi mensurada pelo uso do desvio padrão anualizado ajustado (denominado *EWMA*) da variação diária das ações da Celulose Irani, considerando janela temporal próxima de 1,5 anos, período de carência do programa de remuneração com base em ações.

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Receita bruta de vendas de produtos	209.553	156.782	232.690	160.728
Impostos sobre as vendas	(44.963)	(35.464)	(50.917)	(35.727)
Devoluções de vendas	(1.615)	(1.168)	(1.946)	(1.168)
Receita líquida de vendas	<u>162.975</u>	<u>120.150</u>	<u>179.827</u>	<u>123.833</u>

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(105.065)	(63.668)	(100.682)	(57.819)
Gastos com pessoal	(20.030)	(22.544)	(26.204)	(23.386)
Varição valor justo ativos biológicos	(1.212)	-	1.625	-
Depreciação, amortização e exaustão	(9.847)	(7.799)	(17.177)	(12.019)
Fretes de vendas	(6.675)	(6.043)	(8.962)	(6.043)
Contratação de serviços	(4.512)	(3.556)	(5.701)	(3.794)
Despesas de vendas	(6.168)	(5.811)	(7.354)	(5.655)
Total custos e despesas por natureza	<u>(153.509)</u>	<u>(109.421)</u>	<u>(164.455)</u>	<u>(108.716)</u>
Parcela do custo	(129.964)	(88.877)	(136.678)	(87.907)
Parcela da despesa	(23.545)	(20.544)	(27.777)	(20.809)

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Receita de bens alienados	26	50	26	50
Outras receitas operacionais	949	408	1.581	411
	<u>975</u>	<u>458</u>	<u>1.607</u>	<u>461</u>

Despesas	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Custo dos bens sinistrados e alienados	(194)	(333)	(194)	(333)
Outras despesas operacionais	(578)	(218)	(955)	(220)
Pagamento baseado em ações	-	(144)	-	(144)
	<u>(772)</u>	<u>(695)</u>	<u>(1.149)</u>	<u>(697)</u>

Total	203	(237)	458	(236)
-------	-----	-------	-----	-------

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Lucro/Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários	(4.825)	3.404	(4.399)	3.900
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	1.641	(1.157)	1.496	(1.326)
Efeito fiscal de (adições) exclusões:				
Equivalência patrimonial	21	1.430	-	-
Controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	1.466	738
Avaliações do valor justo dos ativos biológicos	412	-	(552)	-
Outras diferenças	(493)	(76)	(1.255)	289
Pagamento baseado em ações	-	(49)	-	(49)
	<u>1.581</u>	<u>148</u>	<u>1.155</u>	<u>(348)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(94)	(162)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.581	148	1.249	(186)

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.014	1.447	2.215	1.470
Juros	514	503	652	503
Descontos obtidos	99	98	111	100
	<u>2.627</u>	<u>2.048</u>	<u>2.978</u>	<u>2.073</u>
Varição cambial				
Varição cambial ativa	2.575	1.713	2.575	1.713
Varição cambial passiva	(3.350)	(1.266)	(3.350)	(1.266)
Varição cambial líquida	<u>(775)</u>	<u>447</u>	<u>(775)</u>	<u>447</u>
Despesas financeiras				
Juros	(16.064)	(13.532)	(21.967)	(13.241)
Descontos concedidos	(76)	(51)	(79)	(51)
Deságios/despesas bancárias	(16)	(27)	(17)	(27)
Outros	(253)	(179)	(369)	(182)
	<u>(16.409)</u>	<u>(13.789)</u>	<u>(22.432)</u>	<u>(13.501)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(14.557)</u>	<u>(11.294)</u>	<u>(20.229)</u>	<u>(10.981)</u>

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de março de 2014, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 488.145. Também estão contratados seguros de vida em grupo para os colaboradores com cobertura mínima de 24 vezes o salário do colaborador ou no máximo de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações e debêntures detalhadas nas notas explicativas nº 15 e nº 16, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e dos investimentos mantidos até o vencimento) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21).

A Companhia não está sujeita a qualquer requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de março de 2014 foi de 47% capital próprio e 53% capital de terceiros, em função da consolidação do endividamento da controlada São Roberto S.A. em outubro de 2013.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Dívida (a)	538.361	539.182	623.071	633.486
Caixa e saldos de bancos	49.980	122.300	59.154	135.005
Investimentos mantidos até o vencimento	1.246	1.161	4.932	2.730
Dívida Líquida	487.135	415.721	558.985	495.751
Patrimônio Líquido (b)	488.907	488.229	488.920	488.241
Índice de endividamento líquido	1,00	0,85	1,14	1,02

(a) A dívida é definida como captações de curto e longo prazos incluindo as debêntures, conforme detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Ativos financeiros				
Investimentos mantidos até o vencimento	1.246	1.161	4.932	2.730
Bancos conta vinculada	1.246	1.161	4.932	2.730
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e saldos de bancos	49.980	122.300	59.154	135.005
Conta a receber de clientes	162.235	127.967	147.896	129.970
Outras contas a receber	6.390	6.475	7.602	6.713
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Captações (empréstimos e financiamentos)	409.868	399.949	471.947	470.560
Debêntures	128.493	139.233	151.124	162.926
Fornecedores	104.626	121.325	64.052	90.575

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros

derivativos pela Companhia tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de captações tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 16 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas nos três meses findos em 31 de março de 2014, e 22 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas nos três meses findos em 31 de março de 2013. Como o maior valor das captações em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Contas a receber	13.484	9.200	13.513	9.229
Bancos conta vinculada	1.246	1.161	1.246	1.161
Adiantamento de clientes	(120)	(144)	(120)	(144)
Fornecedores	(117)	(501)	(339)	(548)
Captações (empréstimos e financiamentos)	(149.154)	(164.199)	(149.154)	(164.199)
Exposição líquida	<u>(134.661)</u>	<u>(154.483)</u>	<u>(134.854)</u>	<u>(154.501)</u>

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2014.

3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2014.

Operação	Saldo 31.03.14 US\$	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber	6.522	2,21	(372)	2,76	3.224	3,31	6.822
Passivos							
Contas a pagar	(203)	2,21	12	2,76	(100)	3,31	(212)
Captações (empréstimos e financiamentos)	(65.910)	2,21	3.763	2,76	(32.584)	3,31	(68.942)
Efeito líquido			<u>3.403</u>		<u>(29.460)</u>		<u>(62.332)</u>

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de março de 2014 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de captações, e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu resultado.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, LIBOR (London Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de captações que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: manutenção das taxas de juros, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de março de 2014.

3 – Cenário Remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de março de 2014.

Operação	Indexador	Saldo 31.03.14	Cenário base Ganho (Perda)		Cenário adverso Ganho (Perda)		Cenário remoto Ganho (Perda)	
			Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa								
CDB	CDI	55.270	10,80%	282	13,50%	1.807	16,20%	3.333
Captações								
Capital de Giro	CDI	96.660	10,80%	(559)	13,50%	(3.577)	16,20%	(6.594)
Debêntures	CDI	156.025	10,80%	(780)	13,50%	(4.993)	16,20%	(9.205)
BNDES	TJLP	63.739	5,00%	-	6,25%	(797)	7,50%	(1.593)
Capital de Giro	IPCA	75.352	6,15%	-	7,69%	(1.159)	9,23%	(2.318)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor	21.261	0,33%	8	0,41%	(10)	0,49%	(27)
Efeito Líquido no Resultado		<u>468.307</u>		<u>(1.049)</u>		<u>(8.729)</u>		<u>(16.404)</u>

Valor justo versus valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma negociação forçada. Utilizamos os métodos e premissas listados abaixo para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar de curto prazo estão representados no balanço da Companhia com seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.
- Captações estão representadas a seus valores justos devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis.

	Controladora 31.03.14		Controladora 31.12.13	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Bancos conta vinculada	1.246	1.246	1.161	1.161
Caixa e saldos de bancos	49.980	49.980	122.300	122.300
Contas a receber de clientes	162.235	162.235	127.967	127.967
Outras contas a receber	6.390	6.390	6.475	6.475
	<u>219.851</u>	<u>219.851</u>	<u>257.903</u>	<u>257.903</u>
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	104.626	104.626	121.325	121.325
Captações (empréstimos e financiamentos)	409.868	409.868	399.949	399.949
Debêntures	128.493	128.493	139.233	139.233
	<u>642.987</u>	<u>642.987</u>	<u>660.507</u>	<u>660.507</u>

	Consolidado		Consolidado	
	31.03.14		31.12.13	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Bancos conta vinculada	4.932	4.932	2.730	2.730
Caixa e saldos de bancos	59.154	59.154	135.005	135.005
Contas a receber de clientes	147.896	147.896	129.970	129.970
Outras contas a receber	7.602	7.602	6.713	6.713
	<u>219.584</u>	<u>219.584</u>	<u>274.418</u>	<u>274.418</u>
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	64.052	64.052	90.575	90.575
Captações (empréstimos e financiamentos)	471.947	471.947	470.560	470.560
Debêntures	151.124	151.124	162.926	162.926
	<u>687.123</u>	<u>687.123</u>	<u>724.061</u>	<u>724.061</u>

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação às aplicações financeiras que compõe o grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. As mesmas são planejadas para atender as demandas de fluxo de caixa da Companhia, e a Administração assegura-se de que as aplicações sejam realizadas em instituições financeiras de relacionamento estável, através da aplicação da política financeira que determina a alocação do caixa, sem limitações, em:

- i) Títulos públicos de emissão e/ou co-obrigação do Tesouro Nacional;
- ii) CDBs nos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iii) Debêntures de emissão dos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iv) Fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador.

É vedada a aplicação de recursos em renda variável.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e

pagamento de captações. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de março de 2014 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora

	2014	2015	2016	2017	acima 2018
Passivos					
Fornecedores	104.626	-	-	-	-
Captações	93.370	92.079	147.748	62.028	1.511
Debêntures	26.509	99.959	32.534	32.495	971
Outros passivos	4.304	124	56	56	414
	<u>228.809</u>	<u>192.162</u>	<u>180.338</u>	<u>94.579</u>	<u>2.896</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes	49.980	-	-	-	-
Bancos conta vinculada	1.246	-	-	-	-
Clientes a vencer	129.589	-	-	-	-
Renegociação de Clientes	3.609	986	638	182	28
Outros ativos	8.205	2.870	-	-	-
	<u>192.629</u>	<u>3.856</u>	<u>638</u>	<u>182</u>	<u>28</u>
	<u>(36.180)</u>	<u>(188.306)</u>	<u>(179.700)</u>	<u>(94.397)</u>	<u>(2.868)</u>

Consolidado

	2014	2015	2016	2017	acima 2018
Passivos					
Fornecedores	64.052	-	-	-	-
Empréstimos	100.317	96.070	152.902	68.766	31.240
Debêntures	41.669	52.499	32.534	32.495	33.311
Outros passivos	9.743	3.199	4.156	4.543	27.636
	<u>215.781</u>	<u>151.768</u>	<u>189.592</u>	<u>105.804</u>	<u>92.187</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes	59.154	-	-	-	-
Bancos conta vinculada	4.932	-	-	-	-
Cientes a vencer	131.362	-	-	-	-
Renegociação de Clientes	4.674	986	638	182	28
Outros ativos	9.529	3.269	-	-	-
	<u>209.651</u>	<u>4.255</u>	<u>638</u>	<u>182</u>	<u>28</u>
	<u>(6.130)</u>	<u>(147.513)</u>	<u>(188.954)</u>	<u>(105.622)</u>	<u>(92.159)</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período do relatório.

A Companhia tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado no final do período do relatório é de R\$ 99.441, e que aumenta proporcionalmente na medida em que as captações forem liquidadas. A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia, de aplicações financeiras ou suas exportações e importações contra as variações de câmbio, ou para troca de taxa de juros. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e reconhecidos no resultado financeiro. Também são reconhecidos diretamente no resultado financeiro os instrumentos financeiros derivativos vinculado a operações de captação.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo financeiro da sua dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Estrangeira que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia

a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

a) Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo

Em 31 de março de 2014, a Companhia não tinha contratado nenhum instrumento financeiro derivativo reconhecido a valor justo.

b) Instrumentos financeiros derivativos vinculados a operações de captação (reconhecidos diretamente no resultado)

- i) Em 23 de março de 2012, a Companhia contratou operação de *swap* de fluxo de caixa com Banco Itaú BBA, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados à taxa de juros da operação contratada na mesma data entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação. O valor de referência atribuído na data de contratação é de R\$ 40.000 (equivalente a USD 21.990 mil na data da transação), diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas semestrais previstas no contrato a ele atrelado até o seu vencimento final em março de 2017.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente aos da operação original. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. O contrato de CCE– Cédula de Crédito à Exportação passa a ser remunerado por taxa de juros fixos acrescidos da variação do dólar. Com isso o contrato de CCE não está mais exposto à variação do CDI. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de CCE, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento. Este contrato está incluído na análise de sensibilidade de exposição cambial exposta nesta mesma nota explicativa.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2012.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou o *Hedge Accounting* em 01 de maio de 2012 nas operações contratadas para a cobertura dos riscos de variação cambial do fluxo das exportações e foram classificados como “*hedge de fluxo de caixa*” (*Cash Flow Hedge*), segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 38 e 40, na orientação técnica OCPC03 e na norma internacional IAS 39.

Desta forma, a Companhia protege o risco da variação cambial dos seus fluxos de caixa futuros por meio de *hedge de fluxo de caixa*, no qual os instrumentos de *hedge* são instrumentos financeiros passivos contratados pela Companhia. Os instrumentos financeiros de *hedge* contratados pela Companhia atualmente vigentes são um contrato

de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Credit Suisse, um contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação com o Banco Itaú BBA e um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Santander.

Os fluxos de caixa protegidos são as exportações esperadas até 2017 e o valor represado no Patrimônio Líquido da Companhia por conta do *Hedge Accounting* em 31 de março de 2014 é de R\$ 13.001 (R\$ 16.922 em dezembro de 2013).

	Controladora e Consolidado 31.03.14	Controladora e Consolidado 31.12.13
Saldo inicial	25.640	9.286
Varição do <i>hedge</i> fluxo de caixa	(4.873)	17.558
Reclassificação para resultado	(1.068)	(1.204)
	<u>19.699</u>	<u>25.640</u>
Saldo inicial	(8.718)	(3.157)
Impostos sobre variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	1.657	(5.970)
Impostos sobre reclassificação para resultado	363	409
	<u>(6.698)</u>	<u>(8.718)</u>
Saldo Final	<u>13.001</u>	<u>16.922</u>

A Companhia estima a efetividade com base na metodologia *dollar offset*, na qual se compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*, a qual deve ficar entre um intervalo de 80 a 125%.

Os saldos de variações efetivas das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificadas do patrimônio líquido para resultado no período em que a variação cambial objeto do *hedge* é efetivamente realizada. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o resultado operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do período.

Não foram identificadas inefetividades no período.

A análise de sensibilidade dos instrumentos de *hedge* das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa, está considerada nesta mesma nota explicativa no item risco de exposição cambial juntamente com os demais instrumentos financeiros.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com três unidades produtivas, uma em Vargem Bonita, SC, uma em Indaiatuba, SP, e outra em São Paulo, SP.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO, com duas unidades produtivas, uma em Vargem Bonita, SC e outra em Santa Luzia, MG.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio fomento, comercializa madeiras e, extrai a resina do pinus que serve de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado				Total
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	
31.03.14					
Vendas líquidas:					
Mercado interno	117.132	34.081	2.513	156	153.882
Mercado externo	-	14.903	11.042	-	25.945
Receita de vendas para terceiros	117.132	48.984	13.555	156	179.827
Receitas entre segmentos	-	4.595	-	(4.595)	-
Vendas líquidas totais	117.132	53.579	13.555	(4.439)	179.827
Varição valor justo ativo biológico	-	(1.927)	3.552	-	1.625
Custo dos produtos vendidos	(106.557)	(25.323)	(9.924)	3.501	(138.303)
Lucro bruto	10.575	26.329	7.183	(938)	43.149
Despesas operacionais	(12.000)	(3.971)	(1.035)	(10.313)	(27.319)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(1.425)	22.358	6.148	(11.251)	15.830
Resultado financeiro	(12.575)	(8.712)	(145)	1.203	(20.229)
Resultado operacional líquido	(14.000)	13.646	6.003	(10.048)	(4.399)
Ativo total	591.985	627.299	151.486	196.873	1.567.643
Passivo total	321.460	248.478	16.957	491.828	1.078.723
Patrimônio líquido	35.676	240.251	136.182	76.811	488.920

	Consolidado				Total
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	
Vendas líquidas:					
Mercado interno	68.047	33.417	3.553	165	105.182
Mercado externo	-	12.125	6.526	-	18.651
Receita de vendas para terceiros	68.047	45.542	10.079	165	123.833
Receitas entre segmentos	-	2.986	-	(2.986)	-
Vendas líquidas totais	68.047	48.528	10.079	(2.821)	123.833
Variação valor justo ativo biológico	-	-	-	-	-
Custo dos produtos vendidos	(55.656)	(26.991)	(7.055)	1.795	(87.907)
Lucro bruto	12.391	21.537	3.024	(1.026)	35.926
Despesas operacionais	(8.531)	(3.518)	(949)	(8.047)	(21.045)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	3.860	18.019	2.075	(9.073)	14.881
Resultado financeiro	(5.146)	(5.920)	(218)	303	(10.981)
Resultado operacional líquido	(1.286)	12.099	1.857	(8.770)	3.900
Ativo total	163.911	725.645	134.935	201.963	1.226.454
Passivo total	67.296	265.758	8.951	439.672	781.677
Patrimônio líquido	-	382.315	123.800	(61.338)	444.777

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas no primeiro trimestre de 2014 totalizaram R\$ 179.827, (R\$ 123.833 no primeiro trimestre de 2013).

A receita líquida de venda para o mercado externo no primeiro trimestre de 2014 totalizaram R\$ 25.945, (R\$ 18.651 no primeiro trimestre de 2013), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado 31.03.14			Consolidado 31.03.13		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Holanda	6.811	3,80%	Holanda	3.683	3,00%
Argentina	4.771	2,70%	Argentina	3.312	2,70%
Arabia Saudita	2.734	1,50%	Arábia Saudita	2.417	2,00%
Franca	2.455	1,40%	África do Sul	1.755	1,40%
South Africa	1.849	1,00%	França	1.294	1,00%
Chile	1.261	0,70%	Portugal	882	0,70%
Paraguai	975	0,50%	Chile	844	0,70%
Peru	946	0,50%	Paraguai	760	0,60%
Noruega	704	0,40%	Noruega	653	0,50%
Espanha	650	0,40%	Peru	649	0,50%
India	578	0,30%	Turquia	437	0,40%
Bolivia	415	0,20%	India	408	0,30%
Singapore	340	0,20%	Bolívia	374	0,30%
Portugal	276	0,20%	Venezuela	223	0,20%
Alemanha	187	0,10%	Alemanha	174	0,10%
Japao	158	0,10%	Emirados Arabes Unidos	164	0,10%
Venezuela	132	0,10%	Colombia	159	0,10%
Outros países	703	0,40%	Outros países	463	0,40%
	<u>25.945</u>	<u>14,50%</u>		<u>18.651</u>	<u>15,00%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia no mercado interno no primeiro trimestre de 2014 totalizaram R\$ 153.882 (R\$ 105.182 no primeiro trimestre de 2013).

No primeiro trimestre de 2014, um único cliente representava 15,2% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 17.959. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

32. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL (CONTROLADORA)

Locação de imóveis de unidades produtivas

Em 31 de março de 2014, a Companhia possui três contratos de aluguel de unidades produtivas, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada período pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Os contratos de aluguel de unidades produtivas estão representados conforme segue:

- Contrato de locação firmado em 20 de outubro de 2009 e aditado em 03 de agosto de 2010 com a controlada Irani Trading S.A, que é proprietária de imóvel industrial

localizado em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início que se deu em 01 de janeiro de 2010 e seu valor locatício de R\$ 1.364 mensais fixos.

- b) Contrato de locação firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem em Indaiatuba, SP, com vigência de 20 anos e o valor mensal contratado atual de R\$ 198, reajustado anualmente pela variação do IGPM.
- c) Contrato de locação firmado em 01 de março de 2013 com a controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., referente aluguel da unidade Papel – MG em Santa Luzia, MG, com vigência de 6 anos e o valor mensal contratado atual de R\$ 476, reajustado anualmente pela variação do IPCA.

Os valores de aluguéis reconhecidos como despesas no primeiro trimestre de 2014 pela controladora, líquidos de impostos quando aplicáveis, são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R\$ 6.062 (R\$ 5.105 em 31.03.13)
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 102 (R\$ 101 em 31.03.13)

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 31 de março de 2014 totalizam um montante mínimo de R\$ 131.360. Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IGPM acumulado nos últimos 12 meses de 7,31% a.a.

	<u>Até um ano</u>	<u>Depois de um ano até cinco anos</u>	<u>Depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamentos operacionais futuros	25.352	58.319	47.689	131.360
Arrendamentos operacionais a valor presente	23.625	46.886	25.390	95.901

Locação de área de plantio

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias, em área total de 3.371 hectares, da qual 2.374 hectares é a área proporcional dos plantios pertencentes à mesma. Para algumas áreas há compromisso de arrendamento a ser desembolsado mensalmente conforme demonstrado abaixo.

Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas seja colhido.

Compromissos de arrendamento operacional não canceláveis

	<u>Até um ano</u>	<u>Depois de um ano até cinco anos</u>	<u>Depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamentos operacionais futuros	350	1.676	2.050	4.076
Arrendamentos operacionais a valor presente	326	1.306	1.244	2.876

33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina, onde 60% do incremento de ICMS, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, manutenção de empregos, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média do custo de captação na data-base para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos, caso não possuísse o benefício, resultando em R\$ 2.747.

A vigência do benefício é de 14 anos, iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de março de 2014, a Companhia possuía R\$ 23.512 de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental R\$ 20.765.

34. COMPROMISSOS DE INVESTIMENTOS

A Companhia assinou em 21 de março de 2014, Protocolo de Intenções com o Governo do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de viabilizar a expansão da unidade industrial localizada em Santa Luzia – MG. O investimento total estimado é de aproximadamente R\$ 220.000, com início previsto em 2014 e término em 2017. O valor a ser investido será aplicado na modernização e ampliação da capacidade de produção da Máquina de Papel nº 7 (MP 7), e também para a construção de uma nova fábrica de embalagens de papelão ondulado.

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2014, a Companhia efetuou pagamentos de compras de aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 13.002 que estavam anteriormente financiadas diretamente por fornecedores, e também aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. no valor de R\$ 12.365.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2013, a Companhia efetuou a aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 6.474 que foram financiadas

diretamente por fornecedores e também aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R\$ 4.020.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 16 de abril de 2014 em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a proposta de aumento do Capital Social da Companhia mediante a capitalização das contas de reserva legal, no valor de R\$ 5.157, e reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 29.843, que totalizam o montante de R\$ 35.000, passando o Capital Social de R\$ 116.895 para R\$ 151.895, sem emissão de novas ações.